

TEMPO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO: DIÁLOGOS COM MILTON SANTOS E HENRI LEFEBVRE SOB O HORIZONTE DO RURAL NA REGIÃO DE ERECHIM

Éverton de Moraes Kozenieski

Doutor em Geografia - UFRGS

Professor dos cursos de Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim

E-mail: everton.kozenieski@uffs.edu.br

RESUMO

Não há dúvidas de que espaço e tempo são categorias fundamentais para compreensão da condição humana e das relações em sociedade. Contudo, a mobilização do tempo e do espaço em pesquisas não é algo intuitivo, demanda certos princípios e escolhas teórico-metodológicas. Desse modo, o presente artigo almeja responder: como considerar o tempo junto à análise do espaço? A partir de quais bases pode-se elaborar uma periodização dos processos espaciais? As respostas a esses questionamentos podem ser tão diversas quanto são as formas de conceber e fazer Geografia, ou seja, são diversas as acepções e possibilidades de articular ambas em um estudo. Assim, o presente artigo busca estabelecer um diálogo, por meio da revisão teórica, com as proposições de Milton Santos e Henri Lefebvre. Busca-se nesses autores elementos que possam suscitar abordagens que permitam considerar o tempo em nossas análises espaciais. Além disso, tais recursos teóricos e autores foram gestados sob os marcos de uma pesquisa acerca da produção do espaço no contexto rural no norte do Rio Grande do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: espaço geográfico; espaço social; história do espaço; periodização; tempo histórico.

95

TIME AND THE PRODUCTION OF SPACE: DIALOGUES WITH MILTON SANTOS AND HENRI LEFEBVRE APPLIED THE RURAL REGION OF ERECHIM

ABSTRACT

There is no doubt that space and time are fundamental categories to understand the human condition and relationships in society. However, the mobilization of time and space in research is not something intuitive, it demands certain principles and theoretical-methodological choices. As such, this article aims to answer: how to consider time together with the analysis of space? from which bases can a periodization of spatial processes be elaborated? The answers to these questions can be as diverse as the ways of conceiving and doing Geography, that is, there are different meanings and possibilities of articulating both in a study. Therefore, this article seeks to establish a dialogue, through theoretical revision, with the propositions of Milton Santos and Henri Lefebvre. It's sought out in these authors elements that can raise approaches that allow us to consider time in our spatial analysis. In addition, these theoretical resources and authors were managed under the framework of a research about the production of space in the northern rural context of Rio Grande do Sul.

KEYWORDS: geographic space; social space; history of space; periodization; historical time.

INTRODUÇÃO

Vista de cima, em sua relação com o Homem, a Geografia nada mais é que a História no espaço, do mesmo modo que a História é a Geografia no tempo. (RECLUS, 1905-1908, p. 04, tradução nossa)¹

Não é um fato recente que estudos geográficos vêm atentando para a importância da noção de tempo, compreendendo-o como indispensável. As palavras de Élisée Reclus, no início do século XX, demonstram a proximidade entre as áreas do conhecimento Geografia e História. Tal situação revela a importância para as pesquisas geográficas da noção de tempo, do mesmo modo que enfatiza o significado da noção de espaço aos estudos historiográficos.

Assim como Reclus, podemos destacar um vasto rol de enunciados em defesa desta relação. Santos (2012, p. 36), por exemplo, nos lembra que “A noção de espaço é assim inseparável da ideia de sistemas de tempo. A cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das diversas variáveis depende de condições do correspondente sistema temporal.” Na mesma direção, Lefebvre (2000) nos indica que o tempo e o espaço possuem diferentes manifestações, contudo, apesar das diferenças, estes são inseparáveis.

O tempo se distingue, mas não se separa do espaço. Os círculos concêntricos no tronco de uma árvore dizem sua idade; assim como as espirais dos moluscos, ‘maravilhosamente’ concretas no espaço, segundo leis que só operações matemáticas complexas podem ‘traduzir’ na linguagem da abstração. (LEFEBVRE, p. 2006, p. 141)²

Não há dúvidas de que espaço e tempo são categorias fundamentais para entendermos a condição humana e as relações em sociedade. Os autores acima citados, mesmo que em uma primeira aproximação de nossa parte, demonstram a importância de considerar o tempo em nossas análises, reforçando a concepção de que o passado é essencial para entender o presente.

Nesse contexto, o presente artigo busca responder: Como considerar o tempo junto à análise do espaço? A partir de quais bases podemos elaborar uma periodização dos processos espaciais? O artigo também tem a pretensão de contribuir no sentido de superar uma concepção de cronologia amplamente presente nos estudos geográficos, ou seja, ambicionamos apresentar um caminho para a relação aqui proposta que possibilite ir além da datação de eventos.

Existe um amplo leque de produção acadêmica da Geografia que versam a respeito do tema.

1 “Vue de haut, dans ses rapports avec L'Homme, la Géographie n'est autre chose que l'Histoire dans l'espace, de même que l'Histoire est la Géographie dans le temps.” (RECLUS, 1905-1908, p. 04)

2 “Le temps se discerne mais ne se détache pas de l'espace. Les cercles concentriques dans le tronc d'un arbre disent son âge; de même les spires des coquillages, 'merveilleusement' concrètes dans l'espace, selon des lois que seules des opérations mathématiques complexes peuvent 'traduire' dans le langage de l'abstraction.” (LEFEBVRE, p. 2000, p. 204).

Assim, é preciso deixar claro ao leitor que não é nossa intenção esgotar todas as elaborações teóricas a respeito do espaço e do tempo, tão pouco almejamos demonstrar o amplo rol de interpretação acerca das interações possíveis entre ambas. Trata-se de uma revisão teórica que dialoga, especialmente, com Henri Lefebvre e Milton Santos.

Cabe destacar que tais escolhas foram concebidas sob os marcos de uma pesquisa de doutorado³ acerca da produção do espaço no contexto rural do norte no Rio Grande do Sul (RS), ou seja, o presente texto é produto e produtor de uma reflexão sobre o campo no RS. Assim, o espaço rural, no qual predominam a agricultura familiar integrada aos sistema agroindustrial e com origem nas antigas colônias, são as referências territoriais sob as quais concebemos tal arranjo teórico. De mesmo modo, as discussões teóricas foram bases para compreensão dos fundamentos históricos das transformações dos processos produtivos no contexto da Região Geográfica Imediata de Erechim (RGI Erechim) e também identificar as diferentes relações sociais e estratégias dos agricultores para apropriação da natureza no campo.

DE QUAL CONCEPÇÃO DE ESPAÇO ESTAMOS FALANDO?

Como ponto de partida, cabe tecer algumas considerações a respeito da diversidade de acepções atribuídas ao espaço. Nesse sentido, compactua-se com a perspectiva de Corrêa (2012, p. 15), por considerar que a expressão espaço geográfico ou simplesmente espaço “[...] aparece como vaga, ora estando associado a uma porção específica da superfície da Terra identificada seja pela natureza, seja por um modo particular como o Homem ali imprimiu as suas marcas, seja como referência à simples localização.” Como salienta o autor, espaço pode ser considerado vago e polivalente, demandando a apresentação e definição de nosso entendimento.

Tendo em vista a diversidade de designações e definições, parte-se das proposições de Milton Santos na tarefa de precisar este conceito, uma vez que ele considera o espaço geográfico como objeto privilegiado de estudos da Geografia. “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” (SANTOS, 2004, p. 63). Tal abordagem reforça o caráter interativo do espaço devido às inter-relações entre sistemas de objetos e sistemas de ações, entre a natureza e a sociedade. Esses processos de interação, que conformam o espaço, são relações historicamente constituídas e apresentam as marcas das

3 Em Kozenieski (2016) é possível encontrar maiores detalhes da tese “A produção do espaço rural: transformações das dinâmicas produtivas e da agricultura na microrregião de Erechim”. A pesquisa disponível em Kozenieski (2018) também tem importante contribuição para construção deste texto.

sociedades e de seus tempos, em especial pelo desenvolvimento da técnica.

No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar com uma máquina. Através da presença destes objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. (SANTOS, 2004, p. 63).

Além das expressões relacionais, Santos (2008) considera que o espaço é, ao mesmo tempo, um fato social, um fator social e uma instância. Tais afirmações merecem ser apresentadas, segundo as acepções do autor. Enquanto fato social, o espaço é entendido como uma “coisa”, algo que é dotado de uma realidade objetiva que é comum a todos os indivíduos.

[...] ele [o espaço] existe fora do indivíduo e se impõe tanto ao indivíduo como à sociedade considerada como um todo. Assim, o espaço é um fato social, uma realidade objetiva. Como um resultado histórico, ele se impõe aos indivíduos. Estes podem ter dele diferentes percepções e isso é próprio das relações entre sujeito e objeto. Mas, uma coisa é a percepção individual do espaço, outra é sua objetividade. (SANTOS, 2008, p. 161).

Assim, o campo, por exemplo, é dotado de uma realidade objetiva que é comum a todos que com ele estabelecem relações. Contudo, diferentes indivíduos podem ter distintas percepções sobre o campo, mas tal fato tem sua constituição em ângulos particulares de uma realidade objetiva.

Além disso, o espaço é considerado como um fator, ou seja, ele constitui barreiras e/ou favorece o desenvolvimento de determinadas ações dos seres humanos. O espaço, neste contexto, é dotado de características vinculadas à natureza e à sociedade, que produzem influências da difusão de ações. Desse modo, ele influencia na reprodução dos padrões espaciais, na mobilidade do capital, na difusão de informações, nas formas de apropriação da natureza, entre outros exemplos.

Por fim, cabe ponderar sobre o espaço enquanto instância da sociedade. Aceitar tal proposição coloca o espaço como uma estrutura social, junto às demais instâncias da sociedade, que conjuntamente compõe uma totalidade. Assim, assume-se que o espaço possui certo número de características particulares que fazem dele algo diferente no conjunto das instâncias sociais. Além disso, afirma-se que ele interage com as demais (econômicas, políticas, culturais, entre outras) e constitui interfaces.

Santos (2012), em outra obra, defende que o espaço pode ser compreendido e investigado mediante a interpretação dos processos dialéticos, ao longo do tempo, entre formas, funções, estruturas e processos. As formas referem-se aos aspectos visíveis do objeto ou de um arranjo de objetos. O campo, a cidade, uma casa, são considerados objetos que possuem uma forma espacial. A função, por sua vez, é uma atividade ou tarefa esperada para uma determinada forma. Nesse sentido, pode-se esperar de uma casa (forma) o papel de habitar e de lazer, por exemplo. A

estrutura, por sua vez, faz menção a inter-relações das partes de um todo. Configura-se como a matriz social de justificação das formas e dos objetos, em um determinado momento, tendo relação com seu modo de organização e de constituição. O processo, por fim, implica transformações ao longo do tempo. Remete à compreensão das ações em direção a um resultado. Pode ser entendido, em outras palavras, como uma estrutura em movimento de transformação. (SANTOS, 2012; CORRÊA, 2012).

Tal concepção até aqui apresentada possui importante paralelo com as proposições de Henri Lefebvre, como destaca Corrêa (2012, p.26), “A vasta obra de Milton Santos está, ainda que não de modo exclusivo, fortemente inspirada em Lefebvre e em sua concepção de espaço social”. Passamos a apresentar alguns aspectos da concepção de espaço social em Lefebvre.

O primeiro aspecto a ressaltar está relacionado ao entendimento de que o espaço é, fundamentalmente, entrelaçado pelas práticas sociais, ao vivido, não existindo, assim, a priori como receptáculo. Nessa abordagem, o espaço é um componente ativo das relações e das práticas sociais, não sendo apenas absoluto ou sinônimo de localização de “coisas” e de objetos. O espaço, portanto, caracteriza-se por ser social. Tais considerações constituem-se como uma crítica à concepção de espaço abstrato, espaço instrumental, que, na nossa leitura, possui conotação próxima à compreensão sobre espaço absoluto de Harvey (2012)⁴, o qual é dominante no capitalismo. Desse modo, a crítica a tal concepção busca romper o discurso hegemônico, marca da sociedade contemporânea, que reafirma o espaço como sendo um produto acabado e isolado, uníssono, que o torna quantificável, planejável, mensurável, vendável. (LEFEBVRE, 2000; LOREA, 2013).

Nesse sentido, o tensionamento produzido por sua teoria pressupõe que o espaço social não consiste “[...] numa coleção de coisas, numa soma de fatos (sensíveis), nem tão-somente num vazio preenchido, como uma embalagem, de matérias diversas, que ele não se reduz a uma ‘forma’ imposta aos fenômenos, às coisas, à materialidade física.” (LEFEBVRE, 2006, p. 31-32)⁵. Como destaca Lorea (2013, p. 14, *tradução nossa*), “Ele mesmo é o resultado da ação social, das práticas, das relações, das experiências sociais, no entanto, por sua vez é parte delas. É suporte, mas também

4 O espaço absoluto está relacionado a uma concepção que o define como uma grade preexistente, palco fixo e imóvel de acontecimentos e fenômenos. Trata-se de um invólucro, moldura sob a qual eventos e indivíduos estão inevitavelmente contidos. Representa a concepção de espaço que referencia todas as ações de mapeamento cadastral e práticas de engenharia, além de ser, socialmente, a concepção que designa a propriedade privada e outras entidades territoriais delimitadas (Estados, unidades administrativas, planos urbanos, entre outras). Tem inspiração nas concepções da física de Newton, na res extensa de Descartes e na geometria euclidiana.

5 “[...] en une collection de choses, en une somme de faits (sensibles), pas plus qu’en un vide rempli, comme un emballage, de matières diverses, - qu’il ne se réduise pas à une «forme» imposée aux phénomènes, aux choses, à la matérialité physique, il va falloir le montrer.” (LEFEBVRE, 2000, p. 36)

é campo de ação. Não há relações sociais sem espaço, de igual modo não há espaço sem relações sociais.”⁶.

Assim, o espaço é produto das relações sociais, parte delas, assim como é condição para sua existência. Como reafirma Gutiérrez (2013, p. 47, *tradução nossa*),

[...] não se pode conceber como estático, passivo ou vazio, como se fosse somente um objeto intercambiável (por muito que este seja na economia capitalista). Na qualidade de produto, o espaço toma parte da produção, e é produtor e suporte das relações econômicas e sociais, das forças produtivas, da divisão do trabalho (abordagem que deixa para trás a interpretação marxista tradicional do espaço social como superestrutura.⁷

Enquanto produto social, como bem demonstra a passagem anterior, ele apresenta diferentes atributos do que outras “coisas”. Requer, portanto, uma acepção mais ampla que aquela restrita à fabricação de objetos. Nas palavras do próprio autor:

O espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; envolve as coisas produzidas e compreende suas relações em sua coexistência e simultaneidade: ordem (relativa) ou desordem (relativa). Ele é o resultado de uma série, de um conjunto de operações, e não pode ser reduzido a um simples objeto. Assim, nada tem de ficção, de irrealidade ou de “idealidade” comparável a um signo, de uma representação, de uma idéia, de um sonho. Efeito de ações passadas, ele permite ações, as sugere ou as proíbe. (SANTOS, 2008, p. 190)⁸

Nessa perspectiva, produzir o espaço vai além da construção de objetos e formas espaciais agrupadas em uma determinada localidade. A produção do espaço não se restringe à produção da materialidade ou a uma abordagem em que o econômico é a única perspectiva a ser analisada, como destaca Souza (2013, p. 41):

[...] já por aí se descortina a possibilidade de ver a ‘produção’ como sendo não apenas a produção de bens materiais (móveis e imóveis), mas também a produção simbólica e de relações de poder. O termo ‘produção’ é suficientemente amplo e plástico para comportar essa multiplicidade de dimensões.

Assim, mais do que considerar o que está no espaço, algo amplamente concretizado por diversas ciências, considera-se sua produção. Isso impõe considerar que “O espaço é para ser

6 “El mismo es el resultado de la acción social, de las prácticas, las relaciones, las experiencias sociales, pero a su vez es parte de ellas. Es soporte, pero también es campo de acción. No hay relaciones sociales sin espacio, de igual modo no hay espacio sin relaciones sociales.” (LOREA, 2013, p. 14)

7 “[...] no se puede concebir como estático, pasivo o vacío, como si fuera sólo un objeto intercambiable o consumido (por mucho que lo sea en la economía capitalista). En calidad de producto, el espacio forma parte de la producción, y es productor y soporte de las relaciones económicas y sociales, de las fuerzas productivas, de la división del trabajo (planteamiento que deja atrás la interpretación marxista tradicional del espacio social como superestructura).” (GUTIÉRREZ, 2013, p. 47)

8 “Or, l’espace (social) n’est pas une chose parmi les choses, un produit quelconque parmi les produits; il enveloppe les choses produites, il comprend leurs relations dans leur coexistence et leur simultanéité: ordre (relatif) et/ou désordre (relatif). Il résulte d’une suite et d’une ensemble d’opérations, et ne peut se réduire à un simple objet. Pourtant, il n’a rien d’une fiction, d’une irréalité ou «idéalité» comparable à celle d’un signe, d’une représentation, d’une idée, d’un rêve. Effet d’actions passés, il permet des action, en suggère ou en interdit.” (LEFEBVRE, 2000, p. 88-89)

entendido em um sentido ativo como uma intrincada rede de relações que é produzida e reproduzida continuamente. O objeto da análise é, conseqüentemente, o processo ativo de produção que acontece no tempo.” (SCHMID, 2012, p. 18). A intenção tem foco privilegiado nas relações sociais e envolve interações entre a sociedade e a natureza, o que abarca a multidimensionalidade das relações sociais, seja na constituição de símbolos ou pelo processo de acúmulo capitalista. A concepção de produção do espaço “Não se coloca, pois, com um mero feito da natureza modificada nem como resultado da cultura, mas sim do produto de uma segunda natureza (a sociedade urbana) que já é a nossa – e como produto não faz referência a um simples objeto ou coisa, senão a um conjunto de relações.” (GUTIÉRREZ, 2013, p. 47, *tradução nossa*)⁹

A tese defendida por Lefebvre, de que o espaço é um produto social, é base para a construção de sua busca por uma teoria unitária do espaço, envolvendo o físico, o mental e o social. Frente a tais colocações e proposições, cabe ponderar sobre os possíveis caminhos investigativos que a teoria sobre a produção do espaço nos oferece. Nesse sentido, concordamos com a ponderação de Schmid (2012, p. 91):

A chave para a teoria de Lefebvre é a compreensão de que a produção do espaço pode ser dividida em três dimensões ou processos dialeticamente interconectados. [...] Eles são duplamente determinados e da mesma forma duplamente designados. Por um lado, eles se referem à tríade da ‘prática espacial’, ‘representações do espaço’ e ‘espaços de representação’. Por outro lado, eles se referem ao espaço ‘percebido’, ‘concebido’ e ‘vivido’.

Cabe apresentar as acepções a respeito das tríades que representam os processos da produção do espaço. Inicia-se pela abordagem na qual se destaca o espaço percebido, concebido e vivido. Antes de tudo, cabe ponderar que esse enfoque é influenciado por uma perspectiva fenomenológica do espaço que tem foco no processo de produção social do pensamento, da ação e das experiências. Trata-se de um enfoque que parte do sujeito, contudo o integra ao movimento da sociedade. Assim, torna-se individual e social. (SCHMID, 2012).

Inicialmente, destaca-se o espaço percebido, o qual se relaciona aos aspectos perceptíveis que podem ser apreendidos pelos sentidos no espaço. Relaciona-se com as formas sensoriais de apreensão da materialidade, dos “elementos” do espaço. Trata-se da interação entre o sujeito e a materialidade. Tal situação o torna um componente essencial de toda prática social. O segundo, o espaço concebido, está ligado à produção de conhecimento. Trata-se da atividade mental na qual os sujeitos concebem o espaço pelo pensamento. Forma na qual os sujeitos produzem (concebem)

9 “No se plantea pues como un mero hecho de la naturaleza modificada ni como resultado de una cultura, sino del producto de una segunda naturaleza (la sociedad urbana) que es ya la nuestra —y como producto no hace referencia a un simple objeto o cosa, sino a un conjunto de relaciones.” (GUTIÉRREZ, 2013, p. 47).

sentidos aos elementos e arranjos do espaço. Por fim, o espaço vivido, o qual congrega o mundo como ele é experimentado na vida cotidiana. Trata-se das formas nas quais os sujeitos experimentam as práticas e vivências espaciais. Compreende as experiências espaciais vividas. (SCHMID, 2012). Ao desvendar a produção do espaço por meio das designações do percebido, do concebido e do vivido, apresentam-se formas nas quais os sujeitos, em meio a sua reprodução cotidiana (trabalhos, lazer, necessidades biológicas e sociais, entre outras), se encontram na efetivação de práticas espaciais.

Ademais, cabe apresentar o segundo conjunto de designações que compõem os momentos de produção do espaço, constituídas através das designações: “prática espacial”, “representação do espaço” e “espaço de representação”. As práticas espaciais estão intimamente relacionadas à dimensão material das atividades e das interações sociais, como destaca Lefebvre:

[...] A prática espacial, que engloba produção e reprodução, lugares especificados e conjuntos espaciais próprios a cada formação social, que assegura a continuidade numa relativa coesão. Essa coesão implica, no que concerne ao espaço social e à relação de cada membro de determinada sociedade ao seu espaço, ao mesmo tempo uma competência certa e uma certa performance. (LEFEBVRE, 2006, p. 36)¹⁰

Harvey (2012, p. 19) elabora algumas considerações ao tratar desse elemento: “O espaço material corresponde simplesmente para nós, humanos, ao mundo da interação tátil e sensorial com a matéria, é o espaço da experiência. Os elementos, momentos e eventos deste mundo são constituídos da materialidade de algumas qualidades.” Nesse primeiro elemento da tríade, as dinâmicas da sociedade constituem inter-relações que, concretamente, “[...] poder-se-ia pensar como as redes de interação e comunicação se erguem na vida cotidiana (ex. a conexão diária entre casa e o local de trabalho) ou no processo de produção (relações de produção e troca).” (SCHMID, 2012, p. 99). As práticas espaciais estão relacionadas às interações que constituem as relações sociais, as quais ocorrem em diferentes escalas e estão associadas à materialidade, às formas e aos objetos, sejam eles naturais ou produzidos pela própria sociedade.

A representação do espaço emerge ao nível do discurso e da fala, encerra formas como as descrições, as definições e as teorias relacionadas ao conhecimento científico e às disciplinas especializadas. Trata-se de uma imagem do espaço que também o define, permeada de conhecimentos e ideologias. Imagem elaborada por meio do conhecimento científico dos

[...] planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas “retalhadores” e “agenciadores”, de

10 “[...] La pratique spatiale, qui englobe production et reproduction, lieux spécifiés et ensembles spatiaux propres à chaque formation sociale, qui assure la continuité dans une relative cohésion. Cette cohésion implique pour ce qui concerne l’espace social et le rapport à son espace de chaque membre de telle société, à la fois une compétence certaine et une certaine performance.” (LEFEBVRE, 2000, p. 42)

certos artistas próximos da cientificidade, identificando o vivido e o percebido ao concebido (o que perpetua as sábias especulações sobre os Números: o número de ouro, os módulos e “canhões”). É o espaço dominante numa sociedade (um modo de produção). As concepções do espaço tenderiam (com algumas reservas sobre as quais será preciso retornar) para um sistema de signos verbais, portanto, elaborados intelectualmente. (LEFEBVRE, 2006, p. 40)¹¹

O segundo elemento da tríade é assim caracterizado por Harvey (2012, p. 19):

A maneira pela qual representamos este mundo é outra coisa, mas ainda aqui nós não concebemos ou representamos o espaço de maneira arbitrária; nós procuramos as descrições apropriadas, se não exatas, das realidades materiais que nos circundam por meio de representações abstratas (palavras, gráficos, cartas, diagramas, imagens, etc.).

Enquadram-se nessa perspectiva as narrativas, as teorias, as representações cartográficas e as definições, elaboradas intelectualmente com a intenção de apresentar e analisar o espaço. Trata-se do esforço de produzir compreensões, sempre num processo de “tradução” da “realidade” espacial, com capacidade de intervenção nas práticas espaciais e nas suas significações.

O espaço da representação, por sua vez, constitui-se como o aspecto simbólico do espaço, ou seja, trata-se de processos de significação que se estão atrelados à materialidade, podem estar relacionados à “[...] natureza como as árvores ou formações topográficas proeminentes, ou eles poderiam ser artefatos, prédios e monumentos; eles poderiam também se desenvolver a partir da combinação de ambos, como, por exemplo, as ‘paisagens’.” (SCHMID, 2012, p. 99). Trata-se da “ordem” material que aflora na superfície e pode tornar-se um veículo de transmissão de significados, como salienta Lefebvre :

[...] Os espaços de representação, apresentam (com ou sem código) simbolismos complexos, ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social, mas também à arte, que eventualmente poder-se-ia definir não como código do espaço, mas como código dos espaços de representação. (LEFEBVRE, 2006, p. 36)¹²

O espaço da representação provoca uma dimensão na qual a materialidade do espaço constitui-se como veículo que comunica símbolos, que remontam e invocam normas, valores e experiências sociais. Como destaca Harvey (2012), o viver engloba outros elementos além das relações com a materialidade e, desse modo, as imaginações, os medos, as emoções, desejos, entre outros elementos, fazem parte, também, da produção do espaço. Assim,

Estes espaços de representação são uma parte integrante de nosso modo de viver no mundo.

11 “[...] planificateurs, des urbanistes, des technocrates «découpeurs» et «agenceurs», de certains artistes proches de la scientificité, identifiant le vécu et le perçu au conçu (ce que perpétuent les savantes spéculations sur le Nombres: le nombres d’or, les modules et «canons». C’est l’espace dominant dans une société (un mode de production). Les conceptions de l’espace tendraient (avec quelques réserves sur lesquelles il faudra revenir) vers un système de signes verbaux donc élaborés intellectuellement.” (LEFEBVRE, 2000, p. 48-49)

12 “[...] Les espaces de représentation, présentant (avec ou sans codage) des symbolismes complexes, liés au côté clandestin et souterrain de la vie sociable, mais aussi à l’art, qui pourrait éventuellement se définir non pas comme code de l’espace mais comme code des espaces de représentation.” (LEFEBVRE, 2000, p. 43).

Podemos igualmente procurar representar a maneira com que este espaço é emocionalmente, afetivamente, mas também materialmente vivido através de imagens poéticas, composições fotográficas, reconstruções artísticas. A estranha espaço-temporalidade de um sonho, de um desenho, de uma aspiração oculta, de uma lembrança perdida ou mesmo de uma sensação ou tremer de medo quando andamos em uma rua, pode ser representada através de obras de arte que, em última instância, têm sempre uma presença mundana no espaço e tempo absolutos. (HARVEY, 2012, p. 19).

As proposições de Lefebvre apontam caminhos nos quais se torna possível compreender a produção do espaço. Tais caminhos, constituídos e designados duplamente, apresentam processos tríplexes, que estão interconectados e se relacionam dialeticamente. Alerta-se, contudo, que:

A triplicidade: percebido-concebido-vivido (especialmente: prática do espaço - representação do espaço – espaços de representação) perde seu alcance caso se lhe atribua o estatuto de um “modelo” abstrato. Ou ela apreende o concreto (e não o “imediat”), ou ela tem uma importância apenas reduzida, a de uma mediação ideológica entre muitas outras. (LEFEBVRE, 2006, p. 41)¹³

Tal abordagem de Lefebvre permeia a compreensão do espaço – físico, mental e social. A produção do espaço configura-se como de forma ativa, dinâmica, no qual há processos de produção material, produção de conhecimentos e produção de significados. Nesse contexto, o cotidiano, a temporalidade e o espaço são resultados de apreensões, projetos, significações e ações dos seres humanos. O devir, ou mesmo as contradições de uma sociedade, expressam-se nas mais diversas interconexões que são possibilitadas pelos momentos da produção do espaço.

104

Cabe ponderar que a construção teórica de Milton Santos, assim como em boa parte da bibliografia que trata desse tema na Geografia, tem como abordagem o debate em torno do espaço geográfico, enquanto que a proposição de Henri Lefebvre enfatiza o espaço social. De fato são designações e conceitos distintos, contudo com significados muito próximos nesta análise. Dessa forma, compartilhamos da compreensão de Souza (2013, p. 31-32):

[...] é possível valorizar o conceito de espaço social sem, por outro lado, abrir mão do de espaço geográfico. Da perspectiva da pesquisa sócio-espacial, é como se tivéssemos duas “camadas” ou dois níveis de conceitos primordiais, sendo o conceito de espaço geográfico um pouco mais amplo, e o de espaço social (que equivale a uma qualificação do de espaço geográfico) podendo ser compreendido como mais específico e, a rigor, mais central. Das interfaces do espaço social com as diferentes dimensões das relações sociais emergem os conceitos de *território*, *lugar* e muitos outros, que podem ser vistos como *conceitos derivados*.

Assim, como destaca Fernandes (2013, p. 282):

O Espaço geográfico contém todos os tipos espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a

13 “La triplicité: perçu – conçu – vécu (spatialement: pratique de l’espace – représentation de l’espace – espaces de représentation) perd sa portée si on lui attribue le statut d’un «modèle» abstrait. Ou bien elle saisit du concret (et non de l’immédiat») ou bien elle n’a qu’une importance restreinte, celle d’une médiation idéologique parmi beaucoup d’autres.” (LEFEBVRE, 2000, p. 50)

paisagem e construindo territórios, regiões e lugares. Portanto, a produção do espaço acontece por intermédio das relações sociais, no movimento da vida, da natureza e da artificialidade, principalmente no processo de construção do conhecimento. O espaço social é uma dimensão do espaço geográfico e contém a qualidade da completividade. Por causa dessa qualidade, o espaço social complementa o espaço geográfico. O mesmo acontece com todos os outros tipos de espaços. Esse é o caráter da composicionalidade, em que as dimensões são igualmente espaços completos e completivos.

Portanto, com base nesses argumentos, torna-se possível considerar, embora haja diferenças, a integração entre as leituras produzidas sobre o espaço (geográfico) e o espaço social. Da mesma forma, eles podem estar articulados com outros conceitos geográficos que deles emergem, como paisagem, território, lugar, etc.

O ESPAÇO E O TEMPO HISTÓRICO

Uma vez que estão lançados apontamentos a respeito da compreensão de espaço a qual nos referenciamos, cabe apresentar considerações a respeito da relação deste com o tempo. Os dois autores que destacamos anteriormente são as referências para pensarmos essas relações. Assim, buscamos responder às nossas inquietações que motivam esse artigo a partir de ponderações de Milton Santos e Henri Lefebvre.

Lefebvre é a primeira referência que buscamos no sentido de encontrar respostas às nossas indagações, tomando como ponto de partida as reflexões elaboradas acerca do método regressivo-progressivo. A proposta em Lefebvre (1978) é desenvolvida com a intenção de compreender os problemas agrários, em especial a questão camponesa, ao que ele chama de complexidade “horizontal” e “vertical” do mundo rural.

O método proposto é constituído de três momentos: a) descritivo; b) analítico-regressivo; c) histórico-genético. Nele, inicialmente, busca-se a descrição teoricamente orientada de uma determinada estrutura agrária. Trata-se de um momento inicial descritivo no qual o pesquisador se aproxima da realidade a ser estudada, fazendo interagir teorias gerais com a experiência de observação sobre objeto de estudo. No segundo momento procura-se compreender a realidade descrita num esforço de análise e datação. Trata-se da iniciativa de identificação da coexistência de formações de épocas diferentes. O último momento é o reencontro com a atualidade, no qual a descrição anteriormente construída é compreendida, explicada. Trata-se da tentativa de análise das estruturas em seu movimento de transformações e permanências, enfatizando a diversidade histórica junto ao quadro de movimento do todo.

Essa proposta está sustentada, em uma certa concepção, a respeito do tempo histórico. O método, que está relacionado ao reencontro de Lefebvre com a noção de formação econômico-

social contida na obra de Marx, pressupõem que o desenvolvimento histórico possui desigualdades de ritmos. Tais desigualdades edificam-se por meio de processos históricos, que tem como núcleo explicativo, segundo Martins (2013, p. 99),

[...] a relação entre o homem e a natureza. O homem que, na atividade por meio da qual atua sobre a natureza para saciar-se, para atender suas necessidades, modifica a natureza e modifica suas próprias condições de vida, modificando, ao mesmo tempo sua relação com a natureza. Deixando, portanto, de ser repetitivo e reativo. Desafiado a imaginar e criar, modificando suas condições de vida e modificando-se ao mesmo tempo, constituindo-se como humano, humanizando-se.

Os processos históricos estão, portanto, centrados na relação entre natureza (o econômico) e sociedade (o social). Entre outros elementos, na ação dos seres humanos por meio de atividades sociais que visam atender suas necessidades. Estas, ao mesmo passo que reproduzem a sociedade, também a modificam, a produzem e a transformam. Esses processos constroem relações sociais, ideias, interpretações, que dão sentido àquilo que é feito. (MARTINS, 1996; 2013)

Desse modo, em contextos espaciais, circunstâncias históricas e momentos distintos, a relação homem-natureza cria ritmos diferenciados do desenvolvimento histórico. Nesse sentido, parte-se da perspectiva de que as relações sociais podem ser conformadas em tempos históricos distintos, embora estejam no mesmo recorte cronológico. Na realidade evidencia-se a coexistência de relações sociais que possuem diferentes idades, podendo estar em descompasso e desencontro. Tal circunstância aponta para heterogeneidade de datações e de origens históricas, fonte de possíveis tensões. Estamos diante de uma perspectiva teórica que concebe que o tempo é produzido, assim como o espaço, pois se trata de uma realidade social.

Martins (2014), ao referir-se ao debate teórico sobre a frente de expansão e na frente pioneira no Brasil apresenta uma diversidade social relativa não apenas por aspectos estruturais desses grupos como também por modos e tempos de sua participação histórica. Vislumbra-se a junção da diversidade em um tempo histórico composto, que é possível devido à mediação do capital. O capital une sem, no entanto, destruir completamente essa diversidade de situação. No entendimento do autor,

Pode-se dizer que o capital tanto remove ou dissolve relações sociais (e relações de produção) que bloqueiam sua reprodução ampliada quanto incorpora a ela aquelas persistentes relações que, ainda que temporariamente, não podem ser substituídas. Nesse sentido, de fato ela as recria, mas agora como momento do seu processo de reprodução. Elas parecem ser as mesmas relações, mas são agora outra coisa, isto é, são agora forma social carregada de novas determinações decorrentes da mediação do capital no movimento da sua reprodução ampliada. (MARTINS, 2014, p.79)

O autor segue buscando reconhecer a diversidade do tempo histórico e exemplifica o debate que estamos apresentando:

[...] o tempo histórico de um camponês dedicado a uma agricultura de excedentes é um. Já o tempo histórico do pequeno agricultor próspero, cuja a produção é medida pelo capital, é outro. E é ainda outro o tempo histórico do grande empresário rural. Como é outro o tempo histórico do indígena integrado, mas não assimilado, que vive e se concebe no limite entre o mundo do mito e o mundo da história. Como ainda é inteiramente outro o tempo histórico do pistoleiro que mata o índio e camponeses a mando do patrão e grande proprietário de terra: seu tempo é o poder pessoal da ordem política patrimonial, e não o de uma sociedade moderna, igualitária e democrática que atribui à instituição neutra da justiça a decisão sobre os litígios entre seus membros. (MARTINS, 2014, p. 139)

Lefebvre (1981) propõe um debate sobre método no sentido de abarcar essas preocupações sobre o tempo histórico. Um procedimento proposto para identificar essas temporalidades coexistentes é o método regressivo-progressivo, que é constituído de três momentos. No momento inicial busca-se a descrição densa da realidade a ser analisada, as formas e as relações que caracterizam o presente. Na segunda etapa produz-se um movimento com a intenção de datar os diferentes componentes dessa realidade descrita para, finalmente, realizar o reencontro com o presente, a partir de então elucidado, compreendido.

Lefebvre (2000) apresenta outras ponderações no sentido da elaboração de uma história do espaço. Para ele, o espaço (social) apresenta especificidades conforme as características de cada sociedade. O espaço é, por um lado, marca de um período histórico, já que as relações da sociedade produzem um espaço e só nele ganham existência concreta. Nesse sentido, as formas de organização social para produção agrícola, por exemplo, cunhadas em determinado tempo histórico produzem um espaço com marcas singulares. As considerações de Nicolás (1998) ajudam a ilustrar tais contextos que envolvem espaço, tempo e transformações da sociedade.

[...] cada apropriação do espaço implica uma nova atribuição de coerência, de uma nova lógica que adquire conteúdo com um devir social específico, no qual se tecem o individual e o coletivo. Transforma-se o espaço ao se transformar a sociedade, e em cada uma dessas transformações está envolvida uma atribuição de uma temporalidade particular que é a que vive a sociedade particular num dado momento.

Por isso, em contextos de mudança, quando um grupo social se apropria de um determinado espaço, não só o transforma num espaço social que exprime essa sociedade particular, a partir do uso que lhe destina, como constrói um espaço-tempo que é uma manifestação da racionalidade do movimento nessa sociedade. Assim, apropriar-se de um espaço é reconstruir sua lógica temporal, é reativar um mecanismo de articulação entre tempo e espaço, diferente do anterior. (p. 85-86)

Além disso, o espaço também é, sendo um aspecto da realidade social, efeito, causa e razão de mudanças nas “sociedades”, que, por sua vez, também o fazem mudar. Desse modo, já que existem marcas no espaço típicas de certos momentos históricos com relações sociais específicas e que se vislumbram transformações nessas formas de organização da “sociedade”, na qual o espaço contribui ativamente, ratifica-se a ideia de que existe uma história do espaço.

Tempo e espaço, nessa concepção, estão em interação e movimento, aspectos que não

impedem a elaboração de periodizações. Essas, contudo, apresentam diferenciações com relação ao formato da historiografia tradicional, que constrói análises por meio da imobilização de sucessões de tempo em fragmentos e recortes da temporalidade.

A história do espaço, de sua produção como “realidade”, de suas formas e representações, não se confunde nem com o encadeamento causal de feitos ditos “históricos” (datados), nem com a sucessão, com ou sem finalidade, de costumes e leis, de ideias e ideologias, de estruturas sócio-econômicas ou de instituições (superestruturas). (LEFEBVRE, 2006, p. 45-46)¹⁴

Assim, ao decifrar uma paisagem ou mesmo um monumento, por exemplo, não se deve registrar esses acontecimentos por meio apenas da precisa data de sua inauguração ou mesmo da geração da autorização legal para sua instalação. Tais acontecimentos são resultados de relações, intencionalidades e expressões de poder. A produção do espaço não pode ser atribuída a um indivíduo ou uma instituição, pois essa é prerrogativa de uma comunidade, coletividade. Nesse contexto, em meio a uma coletividade, uma classe ativa ou grupos sociais têm poder de mobilização, influência, capacidade de decisões, meios e recursos a seu alcance para tal ação. “Se existe uma paisagem, foram os camponeses que a modelaram, logo, comunidades (aldeias), sejam autônomas, sejam dependentes de um poder (político). Se existe um monumento, foi um grupo urbano que o construiu, seja livre, seja dependente de um poder (político).” (LEFEBVRE, 2006, p. 98)¹⁵

Assim, a história do espaço não coincide com o inventário de objetos ou de sujeito, tampouco com os significados produzidos e os discursos sobre eles, se tomados de forma individualizada. A periodização deve integrar tais elementos, vislumbrando um registro que apresente a gênese e as condicionantes do tempo histórico ao espaço.

Não há dúvidas que o espaço (social) tem uma história, resultado de processos das mais diversas origens. Contudo, a base inicial de sua análise está na natureza. Este ponto de partida,

[...] não se situa nas descrições geográficas do espaço-natureza, mas sobretudo no estudo dos ritmos naturais, das modificações trazidas por esses ciclos e sua inscrição no espaço pelas ações humanas, as do trabalho em particular. O início, portanto, são os ritmos espaço-

14 “L’histoire de l’espace, de sa production en tant que ‘réalité’, de ses formes et représentations, ne se confond ni avec l’enchaînement causal des faits dits ‘historiques’ (datés), ni avec la succession, avec ou sans finalité, des coutumes et lois, des idées et idéologies, des structures socio-économiques ou des institutions (superstructures).” (LEFEBVRE, 2000, p. 57)

15 “S’il y a un paysage, ce sont des paysans qui l’ont modelé, donc des communautés (villages), soit autonomes, soit dépendantes d’un pouvoir (politique). S’il y a un monument, c’est un groupe urbain qui l’a construit, soit libre, soit dépendant d’un pouvoir (politique).” (LEFEBVRE, 2000, p. 137).

temporais da natureza, transformados por uma prática social. (LEFEBVRE, 2006, p. 99)¹⁶

Essa citação ilustra a necessidade de compreensão dos ritmos da natureza que são transformados pelas práticas humanas. A apropriação da natureza expressa pelo trabalho tem importante significado, sendo entendida para além da relação de trabalho num sentido *stricto*, mas como um conjunto de relações de produção. Tais relações, socialmente construídas, se impõem e se modificam conjuntamente com o espaço preexistente.

A história do espaço conduziria do tempo no qual cessa a predominância do antropológico até ao tempo no qual começa expressamente a produção do espaço como produto industrial: onde o reprodutível, a repetição e a reprodução de relações sociais, sobrepujam deliberadamente a obra, a reprodução natural, a própria natureza e os tempos naturais. (LEFEBVRE, 2006, p. 101)¹⁷

O espaço social inscreve-se paulatinamente sobre a natureza através de relações sociais, que não deixam de ser materiais e projetadas, ampliando, ao longo de um processo histórico, as relações abstratas. Esse movimento, que evoca formas e relações, constitui uma história do espaço, na qual

[...] o histórico, o diacrônico, o passado gerador se inscreve incessantemente sobre o espacial, como sobre um quadro. Há mais, sobre e no espaço, que vestígios incertos deixados pelos acontecimentos; também existe a inscrição da sociedade em ato, o resultado e o produto das atividades sociais. Existe mais que uma escrita do tempo. O espaço gerado pelo tempo é sempre atual, sincrônico e dado como um todo; relações internas, conexões que ligam seus elementos, também produzidas pelo tempo. (LEFEBVRE, 2006, p. 94)¹⁸

As marcas do passado, diacronismo, e as relações do presente, sincronismo, são características importantes na construção da história do espaço. As paisagens rurais, por exemplo, são reflexos dessas duas situações. Para elas, a história do espaço, além de apontar para os vestígios do passado nas formas da paisagem, possibilita vislumbrar elementos de ordem política, disputas e redes de relação.

Além das contribuições de Lefebvre, gostaríamos de enfatizar as contribuições de Milton Santos a respeito da relação entre o tempo e o espaço, além de indicar possibilidades para produção de uma periodização. “O espaço, considerado como um mosaico de diferentes eras, sintetiza, de um

16 “[...] ne se situe pas dans les descriptions géographiques de l'espace-nature, mais plutôt dans l'étude des rythmes naturels, des modifications apportés à ces cycles et à leur inscription dans l'espace par les gestes humains, ceux du travail en particulier. Au départ donc, les rythmes spatio-temporels, ceux de la nature transformés par une pratique sociale.” (LEFEBVRE, 2000, p. 138-139)

17 “L'histoire de l'espace mènerait du temps où cesse la prédominance de l'anthropologique jusqu'au temps où commence expressément la production de l'espace comme produit industriel: où le reproductible, la répétition et la reproduction des rapports sociaux, l'emportent délibérément sur l'oeuvre, sur la reproduction naturelle, sur la nature elle-même et les temps naturels.” (LEFEBVRE, 2000, p. 142)

18 “[...] l'historique, le diachronique, le passé générateur s'inscrivent incessamment sur le spatial, comme sur un tableau. Il y a plus, sur et dans l'espace, que des traces incertaines laissées par les événements; il y a l'inscription de la société en acte, le résultat et le produit des activités sociales. Il y a plus qu'une écriture du temps. L'espace généré par le temps est toujours actuel, synchronique et donné comme un tout; des liaisons internes, des connexions relient ses éléments, elles aussi produites par le temps.” (LEFEBVRE, 2000, p.131)

lado, a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade.” (SANTOS, 2012, p. 36).

Em mesma direção que Lefebvre, indica que as relações de trabalho são fundamentais para a existência das diferenciações espaciais. Tais arranjos mudam a cada sistema temporal, permitindo que “[...] cada lugar geográfico concreto corresponde, em cada momento, um conjunto de técnicas e de instrumentos de trabalho, resultado de uma combinação específica que também é historicamente determinada.” (SANTOS, 2004, p. 56). Assim, produzem-se, em cada momento, combinações entre objetos e sua utilização, conformando uma lógica de organização, de instalação e de realização entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações.

Santos (2004) compreende que o trabalho une o espaço e o tempo, e as técnicas são possibilidades de tornar tais noções empíricas e, portanto, capazes de produzir periodizações. Por meio da técnica, entendida como “[...] um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2004, p. 29), pode-se, portanto, realizar leituras do espaço em termos de tempo e geografizar determinados fenômenos históricos.

Nesse sentido, pondera-se que a técnica, por meio dos objetos, revela uma história, sendo, portanto, tempo congelado. “Através dos objetos, a técnica é história no momento de sua criação e no de sua instalação e revela o encontro, em cada lugar, das condições históricas (econômicas, socioculturais, políticas, geográficas), que permite a chegada desses objetos e presidiram à sua história.” (SANTOS, 2004, p. 48). Em cada lugar, os objetos técnicos ganham existência histórica ao passo que são integrados, ou seja, encontram funcionamento concreto e significado junto aos conjuntos técnicos que estruturam um lugar.

A introdução de determinado fenômeno técnico em um subespaço está associada a condições preexistentes, que são do meio geográfico e social. Tais condições possibilitam a introdução de ações e objetos técnicos, em um determinado momento histórico, assim, “[...] em nenhum caso a difusão dos objetos técnicos se dá uniformemente ou de modo homogêneo. Essa heterogeneidade vem da maneira como eles se inserem desigualmente na história e no território, no tempo e no espaço.” (SANTOS, 2004, p. 39). Com base em tais considerações, podemos afirmar que um mesmo objeto técnico criado em um determinado momento histórico, será integrado, em tempos diferentes e em lugares diferentes, conforme preexistam condições para sua instalação.

Em outro sentido, podemos afirmar que os fenômenos técnicos, ao estabelecer-se em um lugar, produzem e transformam determinado meio geográfico. A instalação de uma determinada

ação ou objeto técnico promove uma reorganização das relações existentes. Ao mesmo passo que define um espaço, demarca os atores e produz uma solidariedade forçada entre os indivíduos. Em sua inserção no lugar, a técnica é também redefinida, pois se insere em conjunto preexistente, ganhando sentido de forma relacional, perante o funcionamento de um conjunto.

As considerações apresentadas nos dão referências para construção de periodizações, conformando a possibilidade de construção de um histórico analítico e genético do espaço rural da Região Geográfica Imediata de Erechim. Tomamos como ponto de partida as relações sociais mediatizadas pelo trabalho, as quais são referências espaço-tempo. Tal perspectiva representa relações da sociedade com a natureza, ao mesmo tempo em que significa relações entre os homens, por meio da sociedade. Os fenômenos técnicos tornam-se caminho para tornar o tempo empírico passível de constatação, em sua expressão junto ao espaço, dotando os lugares de ritmos particulares.

Além de tais ponderações, necessitamos realizar algumas considerações sobre os eventos e algumas de suas características. Santos (2004) indica que este tema é discutido entre alguns filósofos, tais como Lefebvre (acontecimentos), Bachelard, Whitehead, Russel, ambos com suas formas originais de denominação. Segundo sua perspectiva, se considerarmos o mundo como um conjunto de possibilidades,

o evento é um veículo de uma ou algumas dessas possibilidades existentes no mundo. Mas o evento também pode ser o vetor das possibilidades existentes numa formação social, isto é, num país, ou numa região, ou num lugar, considerados esse país, essas regiões, esse lugar como um conjunto circunscrito e mais limitado que o mundo. (SANTOS, 2004, p. 144).

Os eventos, além de vetores de possibilidade, configuram-se como portadores de uma ação, assim são capazes de mudar as “coisas”, de dissolver e de recriar. “Na verdade, os eventos mudam as coisas, transforma os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características.” (SANTOS, 2004, p. 146). Além disso, eles não se repetem, são sempre novos, e realizam-se no presente.

Os eventos podem caracterizar-se como ideias, novos modos de fazer e organizar, ou como fatos, tendo origens naturais ou sociais. Os primeiros são resultados das dinâmicas da natureza, no qual a energia natural promove transformações. Um rio, um terremoto, uma seca, exemplificam tais situações. Os eventos sociais são resultados da ação do homem em suas interações entre si, ou mesmo em sua interação com a natureza, em ambos os casos transformando-os. Tem como energia propulsora o uso do trabalho e da informação, podendo ser exemplificada pela chegada de um trem, a realização de um comício, um acidente de automóvel, entre outros. (SANTOS, 2004). Tais eventos pressupõem a existência de atores e sujeitos.

Cabe considerar ainda que mesmo apresentando diferenciações, não significa que exista harmonia entre “forças” naturais e sociais, promotoras dos eventos em meio a ações, uma vez que,

No início, as ações se instalavam nos interstícios das forças naturais, enquanto hoje é o natural que ocupa tais interstícios. Antes a sociedade se instalava em lugares naturais, pouco modificados pelo homem, hoje, os eventos naturais se dão em lugares cada vez mais artificiais, que alteram o valor, a significação dos acontecimentos naturais. (SANTOS, 2004, p. 147).

Com base em tais ponderações, antes de produzir uma periodização torna-se necessário avaliar os eventos, as ações e as transformações ocorridas do/no espaço. Acreditamos que os eventos e suas ações transformadoras são suportes para compreender a presença dos fenômenos técnicos e, para tanto, caracterizar a história do espaço.

APROXIMAÇÕES COM A REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE ERECHIM

O foco central de nosso texto está relacionado às contribuições teóricas, especialmente dos dois autores que escolhemos, no sentido de compreender a relação entre tempo e espaço. O arranjo teórico foi concebido sob o horizonte de um contexto espacial específico: Região Geográfica Imediata de Erechim (RGI Erechim). Assim, as discussões teóricas aqui apresentadas foram bases para compreensão dos fundamentos históricos das transformações dos processos produtivos.

Assim, de modo breve, gostaríamos de apresentar alguns resultados da pesquisa “A produção do espaço rural: transformações das dinâmicas produtivas e da agricultura na microrregião de Erechim”¹⁹, ou seja, gostaríamos de compartilhar as conclusões e leituras, a título de exemplo, que tais referenciais teóricos permitiram produzir acerca da história do espaço na RGI Erechim. Entre outros questionamentos, buscamos responder: é possível traçar uma história do espaço? Quais são as diferentes estratégias de apropriação da natureza no campo, dentro de um contexto histórico, a partir da ocupação do espaço rural?

Nessa direção, reconhecemos como marcos iniciais da ocupação do espaço da RGI Erechim três períodos históricos que registram distintas formas de organizações sociais, estratégias de organização da produção e modo de interação com a natureza, que contribuem para produção do espaço aos moldes das relações características dos grupos sociais e de suas possibilidades de participação histórica.

O primeiro momento está associado à ocupação da região que tem como marco inicial a presença de grupos indígenas, especialmente Guaranis e Caingangues, que se estabeleceram na

19 Em Kozenieski (2016) é possível encontrar maiores detalhes a respeito da pesquisa.

região anteriormente à chegada “branca”. Período marcado pela inscrição dessas sociedades no espaço preexistente por meio das condições naturais e dos tempos da natureza. Desse modo, verifica-se uma dinâmica produtiva na qual predominava a lógica da economia de reciprocidade. As práticas sociais conduzidas por estes transformam a natureza de forma restrita, com a inserção limitada de objetos técnicos. A inscrição dessas sociedades no espaço preexistente se dá em meio às condições naturais e aos tempos da natureza. Desse modo, se estabeleceu uma paisagem com seus traços naturais, na qual predominavam as áreas de matas e de campos pouco artificializadas.

O segundo período está conectado ao conjunto da entrada “branca” pré-colonização, que teve início no século XVII e que se intensificou no séc. XIX. Trata-se de populações de origens bandeirantes, caboclas, posseiros, refugiados e fugitivos, que se estabeleceram na região. Estamos, em especial, diante da formação de roças, conduzidas pelos pequenos agricultores de subsistência, que, além dos cultivos, realizavam o extrativismo itinerante da erva-mate e a venda de trabalho esporádico às companhias de colonização, ao estado e aos estancieiros, estando, às vezes, na condição de agregados nas fazendas.

Essa situação indica um contexto de formas de vida mais dependente da natureza do que de atividades agropecuárias, aspecto que promoveu uma transformação limitada da paisagem, a qual manteve a predominância de seus traços naturais. No entanto, os tempos da produção e, especialmente, da extração de erva-mate são integrados aos tempos das trocas mercantis e das demandas de centros comerciais. O espaço é integrado, responde e reflete, mesmo que de forma limitada, às dinâmicas mais amplas da sociedade “branca”. Em meio à diversidade de relações e modos de participação histórica, estabeleceu-se a coexistência entre os dois grupos e a formação da fronteira marcada por episódios conflitivos entre o “civilizado” e o “selvagem”.

A matriz social de ocupação do espaço rural da região completa-se com o processo de colonização, o qual atingiu os atuais limites da RGI Erechim em 1904. Os migrantes, comumente denominados como colonos, foram assentados majoritariamente em pequenas propriedades rurais, as quais apresentavam dimensões que variavam de 12,5 a 250 hectares. O espaço de reprodução dos colonos é distinto daqueles organizados pelos habitantes que os antecederam, passa a ser fragmentado, apropriado e dominado a partir da lógica privada.

Não apenas a chegada de novos sujeitos inaugura esse momento. Registra-se a criação de infraestruturas de transporte e de comunicação, tendo em vista que são construídas a ferrovia, as estradas e as picadas. As atividades agropecuárias passaram, nesse contexto, para a produção voltada ao mercado, embora as bases, os saberes e as práticas tenham sido herdados dos indígenas e

dos caboclos. Há, assim, permanência do extrativismo de erva-mate, da policultura de subsistência, dos sistemas agrícolas, entre outras heranças, que são adaptadas e transformadas em conjugação à introdução de novas espécies agrícolas.

As atividades produtivas e os sistemas técnicos passam a caracterizar a produção. Desse modo, se nos períodos anteriores os objetos naturais predominavam na paisagem, a partir de então houve a produção de novas formas e funções. Passam a predominar, então, as lavouras e as pastagens, resultados das estratégias de reprodução das famílias dos camponeses-colonos. As encostas e áreas dobradas tornam-se o palco privilegiado para uso da terra com fins agrícolas, e as áreas planas, pouco valorizadas, são utilizadas como áreas de pastagem. A agricultura tradicional praticada baseava-se nos recursos naturais disponíveis, como a fertilidade natural do solo e no uso da mão de obra familiar, aliada à utilização da força de tração de equinos e de bovinos.

Cabe ressaltar que as situações advindas com a colonização introduziram novas redes de relações e de circulação de mercadorias, que, embora tenham no camponês-colono o protagonismo das atividades produtivas, o colocam em uma relação de sujeição a outras classes sociais emergentes. A pauperização de parte dos colonos está relacionada, contraditoriamente, a atividades tipicamente urbanas, à introdução de relações capitalistas no campo e ao florescimento de indústrias.

A nova lógica estabelecida pressupunha a inserção efetiva da região como espaço de produção de mercadoria, promovendo a expansão mercantil. A implementação conformou uma fronteira com características econômicas, já que, em boa medida, as novas intenções são incompatíveis com o modelo agrícola realizado pelos ocupantes preexistentes. Desse modo, antagonizavam-se os agentes que representavam a modernização e a consolidação de mercados (colonos-camponeses, madeireiros, capitalistas do campo), aqueles considerados atrasados pelas forças modernizadoras, como os indígenas e os segmentos sociais empobrecidos.

Aos indígenas restou o confinamento nos toldos e nos aldeamentos promovidos pelo estado, sem deixar haver conflitos nas décadas seguintes pela posse de terras, enquanto que ao caboclo e aos agricultores pobres restou a migração para novas áreas em Santa Catarina ou incorporação nas colônias. Nesse processo estabeleceu-se, portanto, desterritorialização dos grupos anteriormente estabelecidos e alçou-se o colono como o protagonista das práticas espaciais.

A modernização da agricultura impõe processos de diferenciação na matriz social de ocupação do espaço rural da região e impõem novas práticas espaciais. Esse processo está relacionado às transformações das bases técnicas da produção agrícola em direção à incorporação

de inovações técnicas, novas bases energéticas, emprego de maquinários agrícolas e insumos industriais, novos métodos e técnicas em meio aos processos produtivos, etc. Do mesmo modo, se expressa através de mudanças na organização social da produção, ou seja, da introdução de novos conteúdos sociais por meio do aprofundamento das relações capitalistas no campo.

A modernização da agricultura que toma forma no Brasil conforma-se como o desdobramento de três processos distintos e, ainda assim, integrados: industrialização da agricultura, constituição dos Complexos Agroindustriais (CAIs) e integração de capitais (SILVA, 1998). Manifesta-se, segundo Delgado (2012), por meio de distintas fases (modernização conservadora, transição, economia do agronegócio), as quais contêm padrões agrários específicos, configurações dos sistemas de crédito público, dos ciclos de acumulação e repartição dos excedentes econômicos, dos modos de extração da renda da terra, articuladas por meios de pactos agrários entre classes sociais.

Especificamente, na RGI Erechim o processo de modernização começa a tomar forma entre os camponeses em meados de 1960 nas culturas do binômio trigo-soja e, após 1979, com incentivos à diversificação produtiva, abrange outros circuitos, incluindo a criação de animais. A modernização da agricultura apresenta-se como solução para a crise da economia colonial, visível no contexto regional desde meados de 1950. Do ponto de vista do que se produz em comparação com anteriores momentos históricos, verifica-se a drástica redução da produção de algumas culturas (batata, mandioca, etc.) e a continuidade de outras atividades agropecuárias (milho, suínos), as quais, entretanto, mudam em seus conteúdos técnicos e nas redes de relação vinculadas aos processos produtivos.

Se antes os limites impostos pela natureza eram fundamentais à apropriação dela pelos camponeses, agora o acesso à técnica passa a ser o centro e campo de batalha das relações de produção. Os limites de intervenção das máquinas e insumos, da técnica como um todo, e a capacidade de aquisição passam a imperar como referenciais para o trabalho, para a produtividade e para a produção de renda. Antepõe-se ao aumento da produtividade a exclusão daqueles que permanecem nos complexos modernizados sem conseguir seguir os ritmos da corrida tecnológica.

Na interação entre camponeses e complexos agroindustriais aprofunda-se a subordinação do setor agrícola, em meio a relações de produção modernizadas e aos mecanismos de sujeição da renda da terra. Do contexto de extrema dependência dos comerciantes coloniais de outrora, passa-se à subordinação a outros setores, metamorfoseados por diferentes atores sociais (o vendedor de

insumos e implementos, as agropecuárias, as agroindústrias, o gerente do banco, os extensionistas, a cooperativa, etc.).

As paisagens rurais da região transformam-se e passam aos contornos descritos anteriormente. A fertilidade natural, base para produção colonial, é substituída pela capacidade de “corrigir” a natureza; das vertentes marcha-se em direção às valorizadas terras planas mecanizáveis. De fato, a artificialização da natureza encontra limites na RGI Erechim, conformando duas paisagens típicas. Contudo, cada vez mais elas se moldam em função dos limites impostos pelas máquinas, da capacidade de reproduzir artificialmente as bases de recursos para produção, da implementação de parâmetros estipulados pelos CAIs, dos ritmos de acumulação de capital. Os parâmetros ordenadores da produção de formas e de funções pelos camponeses estão cada vez mais envolvidos por relações multiescalares, direcionando-as para reprodutível, para os ritmos do capital, para redução da diversidade.

As informações construídas acerca das dinâmicas produtivas e das transformações da agricultura, das redes de relação e das paisagens rurais indicam a existência de uma forma hegemônica de organização do espaço rural na RGI Erechim. A partir dos preceitos da modernização da agricultura, novos grupos sociais integrados à sociedade em escala nacional exprimem no/com o espaço as marcas de novas racionalidades, preceitos dessas novas configurações sociais. Estamos diante, portanto, de um momento em que o espaço é produzido, no qual imperam ritmos de apropriação da natureza cada vez mais influenciados pelo tempo da máquina, pelos fluxos de mercadorias, pela velocidade crescente de reprodução do capital.

Na mesma direção, registra-se entre as dinâmicas regionais o agregar de novos atores sociais, estreitam-se as relações campo-cidade, entre outras situações observadas. À realização das práticas produtivas no modelo hegemonicamente disposto ampara-se, por exemplo, na compra de sementes ou mesmo animais com linhagem, ambos construídos mediante acúmulos de pesquisa e de alterações genéticas. Essas intensas relações com o mercado também retratam a necessidade de aquisição de outras bases de recursos externos às unidades de produção, tais como fertilizantes e máquinas, produzidos em parques industriais e estreita articulação com combustíveis fósseis. Ou mesmo através da venda da produção para agroindústrias, preocupadas, acima de tudo, com o consumidor urbano e a valorização das ações das empresas no mercado financeiro. Por certo, o campo, sob preceitos modernos, passa a articular-se com outros segmentos da sociedade e a integrar redes com amplas ramificações.

O espaço rural da RGI Erechim, apesar das lógicas predominantes, possui um mosaico de tempos e ritmos, por vezes compartilhado na mesma unidade de produção, resultado de um processo histórico articulado, contraditório e cumulativo. Esse mosaico constitui-se: das populações indígenas em seu confinamento em reservas em luta para manutenção de sua cultura; dos camponeses pouco ou nada integrados aos processos modernizados, resultados de processos de exclusão ou de opção consciente; dos camponeses integrados que buscam aliar ritmos modernos na produção comercial com os tempos da vida social tradicional, típicos de outros momentos; das unidades de produção altamente tecnificadas que representam a agricultura capitalista. Ainda é possível contemplar a diversidade, a coexistência de tempo histórico em um mesmo recorte cronológico e ritmos diferenciados de apropriação da natureza na RGI Erechim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvidas da diversidade de acepções e definições acerca do espaço nos estudos geográficos. A partir do diálogo que apresentamos com Milton Santos e Henri Lefebvre, mesmo de modo breve, é possível depreender o caráter ativo desse em meio à sociedade. Estamos diante de concepções teóricas que valorizam, a seus modos, a técnica, processos de produção material, produção de conhecimentos e produção de significados.

117

A concepção de tempo expressas pelos autores que destacamos é indissociável da concepção de espaço. De mesmo modo, as abordagens propostas colocam em xeque certas compreensões tradicionais da história do espaço, associadas a imobilização de sucessões de tempo em fragmentos e recortes da temporalidade. Trata-se de uma concepção de tempo histórico dinâmica, associadas às formas de organização social, estratégias e modo de interação com a natureza, que contribuem para produção do espaço nos moldes das relações características dos grupos sociais e de suas possibilidades de participação histórica.

A chegada da modernização da agricultura em determinado espaço rural no contexto de uma sociedade camponesa, por exemplo, pode ser compreendida como um novo registro de tempo histórico. Diferentes sociedades produzem espaços-tempos específicos, manifestações de certa racionalidade e do próprio movimento nessa sociedade, ou seja, em cada contexto são produzidas lógicas nas quais espaço-tempo estão em acordo com ritmos de apropriação da natureza e das relações sociais estabelecidas.

Assim, sob essa perspectiva, considerar o tempo junto à análise do espaço pressupõem que as relações sociais não avançam de modo simultâneo, igualmente, num mesmo ritmo histórico. De

mesmo modo, possibilita identificar tempos históricos e relações sociais específicas, que inclusive possuem génesis distintos e que podem coabitar um mesmo tempo cronológico.

Por fim, cabe destacar que a aproximação que realizamos com a Região Geográfica Imediata de Erechim possibilitou, de um lado, compreender as dinâmicas de produção do espaço, verificar coexistências e ritmos próprios do contexto rural foco da análise. De mesmo modo, possibilitou dar concretude (testar) as proposições de ordem teórica, ou seja, a partir da prática de pesquisa, em um contexto espacial específico, foi possível refletir e reconhecer a importância das proposições dos autores.

REFERÊNCIAS

- CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 15-47.
- DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965 - 2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013. [s.n]. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. 2013. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/11449/106708>. Acesso em: 18 set. 2020.
- GUTIÉRREZ, E. M. Introducción: Ciudad, espacio y cotidianidad en el pensamiento de Henri Lefebvre. In: LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013. p. 29-50.
- HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, Niterói, v. 14, n. 28, p. 8-39, jan. 2012. Quadrimestral. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13641>. Acesso em: 18 set. 2020.
- KOZENIESKI, E. M. **A produção do espaço rural: transformações das dinâmicas produtivas e da agricultura na microrregião de Erechim**. 2016. 327 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, UFRGS, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/151330>. Acesso em: 18 set. 2020.
- KOZENIESKI, E. M.. O rural agrícola na metrópole: o caso de Porto Alegre/RS. **Confins(Online)**, Paris, n. 35, [s.p.]. 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/13167>. Acesso em: 18 set. 2020
- LEFEBVRE, H. Perspectivas da sociologia rural. In: MARTINS, José de S. (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981. Cap. 5. p. 163-177.
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice B. Pereira e Sérgio Martins (Primeira versão disponível na internet: início – fev. 2006). [Sl.:s.n.], 2006. 265 p.

LOREA, I. M. Prólogo: Henri Lefebvre y los espacios de lo posible. In: LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013. p. 9-28.

MARTINS, J. S. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: MARTINS, J. S. (org). **Henri Lefebvre e o retorno da dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 3. ed. 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS, J. S. **Fronteira**: A degradação do outro nos confins do humano. 2. ed. 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2014.

NICOLÁS, D. H. Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo à fragmentação na mundialização? In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. A. (orgs). **Território**: globalização e fragmentação. 4. ed. São paulo: Hucitec, 1998. p. 85-101

RECLUS, E. Tome premier. In: RECLUS, E. **L'homme et la terre**. Paris: Librairie Universelle, 1905-1908. p. 3-580. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k65596472>. Acesso em: 18 set. 2020.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo. Razões e Emoções. 4. ed. 1 reimpr. São Paulo: Edusp, 2004. (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma geografia crítica. 6. ed. 1 reimpr. São Paulo: Edusp, 2008. (Coleção Milton Santos; 2).

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5. ed. 1 reimpr. São Paulo: Edusp, 2012. (Coleção Milton Santos; 12).

SCHMID, C. A teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **Geosp**: espaço e tempo (*Online*), São Paulo, n. 32, p.89-109, 2012. Tradução de Marta I. M. Marques e Marcelo Barreto. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74284>. Acesso em: 18 set. 2020.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: Unicamp.IE, 1998.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.